07/08/01

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS
ATA

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QÜINQUAGÉSIMO QUINTO PERÍODO LEGISLATIVO DA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

Às nove horas do dia treze de junho de dois mil e um, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, sito na Avenida Ene Garcêz, número mil duzentos e sessenta e quatro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a Trigésima Quarta Sessão Ordinária de 2001 da Oitava Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do Senhor Vereador **FLÁVIO CHAVES** Secretariado pelo Senhor Vereador **MARCOS FRANCISCO SAMPAIO DA SILVA,** o qual fez constar a presença dos seguintes Vereadores : **ALFONSO RODRIGUES DO VALE, ALDO DANTAS SALES; ARTUR SALOMÃO RIBEIRO BORGES, BRAZ ASSIS BEHNCK, CHICO DOIDO, GEORGE DA SILVA MELO, IVO RODRIGUES CANTANHEDE FILHO, JOSÉ AUGUSTO CARVALHO BRITO, NATANAEL ALVES DO NASCIMENTO, ODETE IRENE DOMINGUES, OTONIEL FERREIRA DE SOUZA, RUBEN BENTO, SEVERINO DUARTE DA SILVA, WALTEIR ALVES PINTO.** Em seguida o Senhor Presidente sobre a proteção de Deus declarou aberta a Trigésima Quarta Sessão Ordinária de 2001 e colocou para a apreciação dos Senhores Vereadores a Ata do dia 08/05/01, a qual foi aprovada sem retificações, passando-se em seguida para a Leitura dos Expedientes. **I – EXPEDIENTES ORIUNDOS DIVERSOS - Of. nº 052,** de 11 de junho de 2001, recebido da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas de Boa Vista, comunicando sobre sua nova direção e metas a serem seguidas. **Of. nº 038,** de 07 de junho de 2001, recebido do Banco da Amazônia - Agência Boa Vista, convidando os membros desta Casa Legislativa para participarem do primeiro Encontro Estadual de Avaliação e Acompanhamento das Ações desenvolvidas para aplicação dos Recursos do FNO. **Of. nº 626,** de 30 de maio de 2001, recebido do Gabinete do Governador do Estado, respondendo a indicação nº 259/2001, apresentada pelo vereador Otoniel Ferreira de Souza. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Vereador **OTONIEL FERREIRA** – Cumprimentou a todos e disse que gostaria de usar o Pequeno Expediente para chamar a atenção dos colegas Vereadores sobre a questão do bairro Paraviana. Ressaltou, que hoje pela manhã esteve no bairro e conversou com alguns moradores que estão dentro da área litigiosa, e para sua surpresa, todos tem a informação de que aquilo ali não vai dar em nada, e que não existe absolutamente nada, embora dessa pessoas que ele conversou, três delas foram notificadas pela Justiça Federal, através do Oficial de justiça , não contestaram a ação, e hoje estão sendo julgados a revelia. Afirmou que informaram aquelas pessoas, que há mais de dois anos, teve uma reunião no bairro, na associação de moradores, a época o Prefeito esteve lá acompanhado da Senadora Marluce Pinto e de um Brigadeiro da Aeronáutica que era o Superintendente da Infraero a nível nacional, e que aquelas autoridades naquele momento afirmavam a todos de que a INFRAERO não tinha mais nenhum interesse naquela área, por consequência ficassem despreocupados. Salientou que é óbvio que um cidadão comum muito desenformado, até não conhece seus próprios direitos, acredita de que uma autoridade, um prefeito, um governador, um brigadeiro dizendo isso, com certeza era verdade. Disse que acontece, é que a ação foi proposta pela Advocacia Geral da União, e a INFRAERO não tem personalidade Jurídica para discutir essa matéria, essa área é uma área que foi tornada de utilidade pública para

atender interesses da Base Aérea, que transferiu a área para a Infraero ali fazer o aeroporto e assim sucessivamente. Afirmou que o processo tramitou normalmente, e hoje quer chamar a atenção dos senhores, hoje cinqüenta e oito ações de reintegração de posse, que é uma ação possessória, estão conclusos para o Juiz prolatar a sentença. Declarou que disse inclusive a uma dessas pessoas que na justiça tudo pode, menos você perder prazos, ou seja, se você perde prazo dentro de uma ação judicial, você é julgado a revelia, ou seja, são aceitos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor, e a autora da ação é Advocacia Geral da União que tem milhares de advogados para propor ação , discutir e ir até a última instância nos tribunais. Ressaltou que essas pessoas lamentavelmente sofrerão graves e sérios prejuízos, porque as suas residências, e disse que teve em residências muito boas e que por isso está convidando aos colegas Vereadores que compõem a Comissão para que terminada essa Sessão, se deslocarem para o bairro para fazer uma visita no bairro e verificar as Casas, e dali a gente provocar a reunião na Associação de Moradores do bairro Paraviana. Ressaltou que lá existem casas que valem oitenta até cem mil reais, foram avaliadas por dezessete e dezoito mil, e que essas pessoas não contestam a essas avaliações, então há necessidade de que a Comissão Especial para assuntos fundiários ouça as pessoas, tome por termo alguns depoimentos, junte documentos, tente pegar laudos e memoriais descritivos da área e ofereça a essas pessoas através de Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Boa Vista, uma contestação não sobre a ação propriamente dita, porque os prazos já foram exauridos, perderam todos eles o direito dessa contestação, entretanto pode se contestar sim a avaliação porque ela está fora da realidade. Disse que o engenheiro que fez a avaliação, Dr. Thaumaturgo César do Nascimento, não tem o cresse, ele não é corretor de imóveis, ele é apenas um engenheiro, ou seja, ele não está apto a fazer a avaliação porque não conhece o mercado, o mercado imobiliário está fora, ele sabe quanto custa um metro quadrado de construção, se é de primeira, segunda ou terceira, mas ele não conhece a realidade do mercado. Disse que juntou aqui, para provar o que está falando que tem ali naquela área terrenos que valem vinte e sete mil reais, e é terreno baldio. Ressaltou que o valor mínimo é quinze, e o máximo é vinte e sete mil reais por terreno baldio, de até novecentos m^2. Salientou que o engenheiro fez as avaliações de casas edificadas esses lotes de terras dentro dessas especificações, por dezessete e dezoito mil reais, ou seja, bem a quem inclusive do valor do lote de terra baldio. Finalizou pedindo aos Vereadores Ivo Cantanhede, Ruben Bento, Natanael Nascimento e o Vereador Aldo Dantas que está ausente, para que possam se deslocar até o bairro Paraviana e que possa dali iniciar uma questão. Afirmou que os morado porque estão exatamente desenformados sobre essa questão, e quê, o que foi colocado aqui, foi apenas um registro para chamar a atenção dos colegas Vereadores, para que a gravidade do problema possa ser resolvido, por que são todos compradores de boa fé, e que estão aqui os documentos acostados no processo, escritura pública, registro de imóveis, pagamentos de ITBI e averbação e o cidadão lhe mostrou o alvará de construção. Disse se o município entende que a área é litigiosa, obviamente jamais poderia ter permitido que houvesse essas transferências, e que está feito o registro e o convite ao coletas Vereadores e que, independentemente de fazerem parte da Comissão ou não, estão todos os Vereadores convidados para que nós possamos avaliar a gravidade desse problema. Vereador **GEORGE MELO** – Cumprimentou a todos e deu inicio a sua fala sobre um problema que vem tirando a

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

traquilidade de muitos pais de família dessa cidade, que é a Telemar. Ressaltou que a Telemar irresponsavelmente fez a cobrança nesse mês, de janeiro até agora, disse ter certeza, de que muitas famílias não estavam preparadas numa conta com o aumento substancial como foi a conta que a Telemar enviou aos seus consumidores. Salientou que não é a primeira vez que a Telemar vem criando transtorno a população, pois são inúmeras as denúncias por conta dessa empresa, e que, inexplicavelmente não dá resposta a sociedade, pois já vimos várias emissoras de televisão, de rádio se colocando, e ela não dá explicação a ninguém. Afirmou que hoje vai encaminhar, e já quer pedir apoio aos seus colegas para um pedido de explicação com relação a esse alto valor dessas contas de telefone que estão sendo cobradas em nossa capital. Declarou que é preciso que o PROCON, e todos os órgãos que possam coibir essas ações da Telemar, de desmando, de irresponsabilidade administrativa, e até mesmo de cobrança elevada das contas que estão sendo emitidas aos seus fornecedores. Disse que é preciso que esta Casa a partir de hoje tome uma decisão de não só pedir explicação, mas também ficarem atentos quanto aos caminhos que a Telemar vai tomar com relação a população, pois ela precisa ter respeito com a população de Boa Vista, e isso vai ser cobrado. Disse estar hoje aqui na Tribuna dando ponta pé inicial e pedindo apoio aos seus companheiros para que possam vir cobrar incessantemente até que ela tome providência, e se perdurar, com certeza será pedido também que a Prefeitura Municipal de Boa Vista, até possa ver a possibilidade de rever o alvará que essa empresa possa atuar no nosso Município, mais com respeito a população, não da forma como vem trabalhando. Não havendo mais oradores para Pequeno Expediente, passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE**, o qual não teve nenhum orador para o mesmo, passando-se em seguida para o **INTERVALO REGIMENTAL** de quinze minutos, que foi pedido a supressão do mesmo pela Vereadora Odete Domingues, o qual foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes. Em seguida passou-se para a **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente pôs em apreciação e discussão em segundo turno, o Projeto de Lei nº 011 de 03 de maio de 2001, de autoria do Poder Executivo – que dispõe sobre autoriza alienação pelo Município de Boa Vista para o Instituto João Capistrano de Ensino e cultura LTDA de bens imóveis públicos dominial. Não havendo nenhum Vereador que quisesse discutir passou-se para a votação do Projeto, o qual foi aprovado por treze votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida o Senhor **PRESIDENTE** – Avisou que já se encontravam no Plenário os Secretário Municipais, Dr. Artur Machado e o Dr. Nantes, onde convidou-os par afazerem parte a Mesa, para que fizessem uma explanação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plureanual para que possam dar continuidade a discussão e votação desses projetos que se encontram nessa Casa. Em seguida agradeceu a presença dos dois Secretários, atendendo a solicitação, pois este Plenário solicitou a presença de Vossas Excelências para que fizessem uma explanação, tanto do Plano Plureanual quanto da LDO, para que déssemos continuidade em discussão nas Comissões, porque tem o prazo limitado para a aprovação desses projetos, e segundo o Secretário, houve uma alteração na qual Vossas Excelências vão expor, para que os Vereadores dessem continuidade para a votação desses Projetos. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra para o Secretário de Planejamento **ARTUR MACHADO** – Inicialmente cumprimentou o Presidente da Câmara e os demais membros da Mesa, assim como as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores presentes. Disse que é com grande

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

satisfação que ali compareceu para prestar qualquer esclarecimento que venha a ser julgado necessário, com relação a dois Projetos de iniciativa do Executivo, em que o primeiro é tratando do Plano Plureanual e o segundo tratando da Lei Diretrizes Orçamentárias. Ressaltou que, o Plano Plureanual é uma determinação Constitucional, em que o governante no seu primeiro ano de mandato, encaminha ao Poder Legislativo, o Plano estabelecendo as despesas de capital, assim como os programas de duração continuada para um período de quatro anos, no nosso caso agora, abrangendo o período 2002 à 2005. Disse que esse Pleno Plureanual foi calcado no programa de trabalho apresentado na época pela candidata Teresa Jucá, hoje Prefeita de Boa Vista. Afirmou que esse trabalho foi discutido com a população, foi oriundo de consulta a população, e de amplo conhecimento, acredita dos Senhores e da população de Boa Vista. Declarou que ele não foge daquele livrinho, que é o programa de trabalho da Prefeita Teresa Jucá. Disse que vai ser fácil para o entendimento desse Projeto, porque ele esta calcado naquele programa, e que não foge em nada daquilo, pois foi uma proposta de governo que se transformou em números, porque naquele livrinho não tinha números, que o Plano Plureanual mostra isso mesmo, um número, então o que vai ser desenvolvido nesses quatro anos, de 2002 a 2005 em números, é aquilo que o Plano de governo que Teresa apresentou. Ressaltou que o Plano Plureanual é composto de poucos artigos, e que o principal deles é o Artigo segundo que apresenta doze itens, que são de forma genérica as diretrizes objetivas de metas do governo de Teresa Jucá. Afirmou que é um projeto simples, onde seus anexos vocês vão encontrar números quantitativos e valores expressos em real a preços atuais, de conformidade com o que determina a legislação. Salientou que talvez até um pouco cedo, mas se colocou desde já, em inteira disposição, para que depois que chegue ao conhecimento efetivamente dos Senhores, possa retornar aqui no plenário e discutir mais amplamente. Falou que o segundo Projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias, este sim é um projeto pouco mais complexo em função, principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressaltou que a LDO é conhecida como a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e que realmente ela é um pouco mais complexa, em função da Lei de responsabilidade fiscal, que exige a apresentação de anexos que vem simplesmente facilitar a ação do legislativo, eles são altos explicativos, ao tornar conhecimento desses anexos, os Vereadores vão ter uma noção plena do que, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois trás as fórmulas, como foi aplicado esses valores e trás também os objetivos e são anexos que estão sendo em fase de cópia para ser anexado ao que nós encaminhamos e para ver uma substituição, como o próprio Presidente já alertou. Antecipou que esses anexos são importantíssimos e vão dar todo o subsídio para que seja feito uma análise detalhada de quais as diretrizes que serão adotadas, para que no segundo semestre desse ano, a Câmara receba o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2002, e possa ai sim, discutir o orçamento em função desse orçamento. O Secretário acredita plenamente que esses dois Projetos de Leis são alto explicativos e que os Senhores terão condições de conhecer, primeiro: o que se pretende fazer nos quatro anos e segundo, quais as diretrizes para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária e se a qualquer momento, quando os senhores tomarem conhecimento pleno desses anexos, e que talvez até seja melhor, pois estará sempre a disposição, e que um prazer está aqui na Câmara Municipal. Vereador **IVO CANTANHEDE** – Perguntou ao Senhor Secretário Artur Machado, se o Plano PlureAnual pode receber emenda? Secretário **ARTUR**

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

MACHADO – Afirmou que o Plano PlureAnual está baseado num programa de trabalho, desde que essas emendas não venham confrontar com o que estar previsto, e que seja de interesse, podem ser apresentadas. Salientou que muitas vezes, tenha uma idéia melhor que possa ampliar esses projetos e que esse programa venha através de benefícios para que nós possamos estudá-los. Vereador **OTONIEL FERREIRA** – Disse que vem acompanhando já há alguns anos uma questão muito séria que envolve o Município de Boa Vista, no tocante a reclamações trabalhistas e pendências judiciais obviamente com alguns precatórios. Ressaltou que dentre essa questão estar aí um problema chamado URPS, ou seja, um reposição salarial que tem direito os funcionários, até porque, já tem uma sentença judicial transitado e julgado relativamente aos meses de abril e maio de 1988, ou seja, treze anos que isso é empurrado com a barriga. Recordou-se perfeitamente bem que no último ano de administração da Prefeita Teresa Jucá em 1996, os Ilustres Vereadores Natanael Alves e Vantan Praxedes a época, apresentaram emendas no orçamento alocado recursos na ordem de cinco milhões de reais para fazer fácil ao pagamento desses precatórios. Ressaltou que desse valor, apenas um milhão, e oitenta e três mil reais foi através de um processo requisitório da justiça, foi feito o saque desse valor e pago, o que correspondia a vinte por cento do direito desses servidores. Falou que observando o Plano Plure Anual, em que dentro das diretrizes que o Município estabelece, um dos itens fala que as disposições relativas dívida pública municipal, onde perguntou a Vossa Excelência qual é hoje a situação do processo 287/88, que trata-se dessa questão, onde o Município tem essa pendência na justiçado Trabalho, qual é posição do Município em relação a esse pagamento dessas URPES e se existe algum programa dentro do Plano Prure Anual que está aqui inserido e dentro do próprio orçamento que passará a viger em dois mil e dois? Secretário **ARTUR MACHADO FILHO** – Afirmou que, quanto a posição do processo, a Secretária de Planejamento não tem esse conhecimento, pois seria mais indicado a Procuradoria Geral trazer essa informação aos Senhores, e quanto a valores, que é, o que a Secretária de Planejamento trabalha, disse que tem um prazo de até trinta e um de julho, de todos os precatórios serem apresentados, para que seja incluído na Lei Orçamentária, ou seja, no Projeto de Lei que virá para esse Plenário, no segundo semestre desse ano. Vereador **RUBEN BENTO** – Perguntou ao Senhor Secretário se nesse Projeto inclui as URPES? **SECRETÁRIO** – Respondendo a pergunta do Vereador, disse que precisava receber até trinta e um de julho, tudo que for repassado pela justiça para a Prefeitura, até trinta e um de julho, obrigatoriamente tem que constar recursos no orçamento. Vereador **OTONIEL** – Disse que ainda não quer lhe dar por satisfeito, porque a justiça, como todo mundo sabe, é extremamente morosa e tanto é prova que fazem treze anos que esses servidores lutam pelos seus direitos e que já morreram alguns e morrerão outros se não for definida essa questão. Falou que a sua colocação prende-se ao fato de estarem sendo cobrados diariamente por esses servidores, e tem algumas coisas interessantes nessas questões. Disse que a partir do momento que esses recursos que foram alocados dentro do orçamento de noventa e seis e que passou a virgir em noventa e sete, esses cinco milhões de reais apenas um milhão e oitenta e três mil foi destinado ao pagamento, e o restante desses recursos, a administração municipal preferiu entrar com a grave de instrumentos alegados erro material e que, por consequência as sentenças judiciais nunca tem o seu trâmite e julgado, quando detectado essas questões. Ocorre que o município de Boa Vista, em através

do próprio procuradoria como falou Vossa Excelência, não nos passou qualquer informação a esse respeito, pois eu perguntaria a Vossa Excelência, se o Ilustre Secretário tem conhecimento e, em que pé esta e se efetivamente a justiça do trabalho não oficiou a Secretaria de Planejamento dando valores específicos, os quantitativos para serem inseridos no orçamento e se a Secretaria Municipal tem conhecimento, pelo menos do posicionamento hoje desse Processo? é uma pergunta que Vossa Excelência pode até se negar a responder, apartir do momento em que a Procuradoria Geral do Município, em quem está a frente dessa questão, mas em razão do bom entendimento entre as Secretárias e consequentemente a Procuradoria que tem o mesmo quilate de Secretária, é se tem uma informação para que seja inserida no orçamento. Disse que o Vereador Ruben Bento perguntou com relação as URPES pois perguntaria ao Senhor Secretário se o Secretário tem conhecimento da posição desse Processo? **SECRETÁRIO** – ressaltou que tem conhecimento sobre o que o Vereador acabará de explanar, mas quanto a valores a serem incluídos no orçamento oficialmente, não veio ainda ao conhecimento de sua Secretária. **OTONIEL** – Reforçou ao Ilustre Secretário que já tinha solicitado ao Presidente da Casa, para tratar um audiência como o juiz, exatamente para que não paire dúvida de que nós não estamos querendo defender os direitos desses servidores, e isso, infelizmente nós não temos conseguido, pois o juiz viaja muito, e que não tem nada a ver com isso, mas disse cobrar muito esse tipo de questão, e sempre que vai na justiça do Trabalho, não tem tido a sorte de ser recebido pelo Magistrado, pelo menos para que nos passe informações mais concreto, lembrou ao Senhor Secretário que esse processo ficou desde o dia 26 de junho de dois mil, até o dia 23 de março de 2001, na mão do advogado que defende os interesses dos servidores Municipais, ou seja, prazo que deu para nascer um menino, e um bichinho ficar andando, pois nenhum problema foi resolvido, infelizmente é essa a realidade. Vereador **RUBEN BENTO** – Falou que examinando a Lei de Diretrizes Orçamentarias e o Plano Plureanual que entrou em uma das Sessões desta Casa, e solicitar a presença de Vossas Excelências para nos ajudarem na elucidação de alguns pontos, e sobre tudo para que nós pudéssemos entender realmente os propósitos, as intenções da administração pública Municipal, na intenção de colaborar e de contribuir para que o seu Projeto de Governo que entende foi vitorioso nas urnas, como bem colocou Vossa Excelência, e que esse Projeto deverá ser colocado em prática nesses quatro anos para frente, que tem a atual prefeita. Disse que gostaria de tratar com reação ao tema que recentemente dez parte da sua atividade profissional, quando no exercício da função de Diretor Administrativo da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, que diz respeito ao saneamento básico. Falou que há um propósito em intenção do governo federal, de que os assuntos municipais sejam todos tratados pelo Município, e que o Município seja detentor da função de executor de obras dentro da sua própria jurisdição das suas cidades, isso é verdade, e que esse plano de municipalização esta em andamento, pois acredita que brevemente o Município assumirá todas as funções que lhe são inerentes dentro dessa cidade, deixando que o Estado cuide de coisas maiores e obras mais a nível estadual do próprio território do Estado. Ressaltou que na companhia de Águas e Esgotos de Roraima, o que mais lhe preocupa é com relação ao Saneamento Básico na cidade de Boa Vista, pois só tem instalação de rede de esgoto até o bairro Mecejana, isto é, de São Vicente, da BR-174 para cá, para o centro da cidade, e Caçari, agora que está sendo incluído nessa rede de Saneamento, então disse que

preocupa bastante que bairros como Liberdade, Buritis, Pricumã, Asa Branca, Caimbé, não tem sido objeto de preocupação ainda desse Plano Plureanual. Perguntou ao Senhor Secretário se nem na LDO vimos qualquer menção ou menção mais forte de ação da Prefeita ou da Prefeitura Municipal nesse aspecto, pois Vossa Excelência já foi Diretor da Companhia de Águas e Esgotos e sabe o trabalho daquela empresa, e como também esses serviços devam ser repassados para o Município, acredita que em breve tempo, e espera, pois é também municipalista e acha que a Prefeitura é que deve assumir essa responsabilidade. Gostaria de saber o que a prefeitura pretende fazer durante esses quatro anos, pois na verdade não viu inserido no Projeto? e como é um assunto que lhe trouxe preocupação nesses poucos anos, pois atira a examinar se aqui realmente na parte de saneamento a prefeitura iria avançar nesses bairros que mencionou ou se iria concluir uma parte aqui do centro que ainda esta por fazer há alguns pontos aqui no centro da cidade e que não tem rede de saneamento. Disse que houve uma falha do projeto original ou talvez falha da execução, então isso é importantíssimo para Boa Vista, pois o saneamento é uma das coisas fundamentais para Boa Vista, porque ele vai reduzir bastante o índice de doenças e tantas outras coisas, inclusive a drenagem de Igarapés que fez parte de um projeto de regularização dessas áreas, como os Igarapés do Mirandinha, Pricumã, Mecejana e outros Igarapés também que precisam ter áreas regularizadas, mas isso é um trabalho futuro, mas que um básico é o saneamento, é a instalação sanitária nesses bairros que eu mencionei e possivelmente regularizando o centro da cidade. Salientou que gostaria de saber do Senhor Secretário com relação a esses tópicos principal. Secretário **ARTUR MACHADO** – Disse que é muito válida essa preocupação do Vereador pois está realmente existindo esse movimento de municipalização do saneamento básico. Afirmou que ainda a prefeitura trata apenas da parte de águas fluviais, ficando para ainda o Estado da Companhia de águas e esgotos, o esgoto sanitário domiciliar. No entanto, acredita que seja de conhecimento do Vereador, em que a Prefeitura vem desenvolvendo no bairro Santa Teresa os recursos da fundação nacional de saúde e da Caixa Economica Federal um trabalho de esgotamento sanitário domiciliar, que houve unclusive, uma modificação no projeto, em função de impacto ambiental com lançamento final, pois irá abranger também o Caranã e que merece mais um bairro, e não posso precisar, mais que em função desse impacto ambiental, ficou restrito ao Santa Tereza. Afirmou que esse é um ponto, será o esgotamento sanitário, quanto a outra parte de saneamento em que envolve águas fluviais, há uma preocupação da administração municipal, está inserido recursos poucos, porque o grande volume de recursos para essas obras virão através de convênios com a fundação nacional de saúde, onde nós já estamos com Projeto da Ordem de dez a onze milhões de reais para atender esses Igarapés, com a parte da Prefeitura que deveria constar no orçamento, é só a contra partida, que é um porcento, e que é uma importância pequena, por isso que aparentemente parece que a Prefeitura não está realmente buscando atender essas parte, mas está e existe de dez a onze milhões projetos na Fundação Nacional De Saúde, para nós conseguirmos através de recursos federais fazer essas obras que são realmente necessárias. Disse que quanto ao esgoto domiciliar tem um início, mas assim que, se concretizar a mudança para a administração municipal do controle do esgotamento sanitário domiciliar, nós iremos fazer as modificações que se tornarem necessárias, por que o Plano Plureanual, ele não é intocável, ele pode ser reformulado em função do que aparecer de novo, ai seria um

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

caso que nós iríamos cuidar para que o plano atendesse as necessidades da população. Ressaltou ainda que quanto a atender bairro A, B C o esgotamento sanitário, exige um estudo técnico muito grande, porque Boa Vista é uma cidade plana e favorece realmente o escoamento dos resíduos sólidos de correntes do esgoto sanitário, mas que, mesmo assim, exige um certo estudo de volume para que se tenha um tratamento final adequado, então se pode de momento, nós vamos fazer tal bairro, pois exige realmente um estudo técnico que eu não tenho condições aqui de explanar melhor, porque não sou engenheiro, mais sei pela minha passagem pela Companhia de Águas e Esgotos, que é necessário um estudo amplo, completo, para que se possa fazer depois bacias e se ampliando o recolhimento desse esgoto sanitário. Disse não saber se foi suficientemente claro ou pairou ainda alguma dúvida, pois vai tentar esclarecer. Vereador **RUBEN BENTO** – O Vereador disse ter uma dúvida, e perguntou ao Senhor Secretário, onde na Lei de Diretrizes Orçamentárias está estabelecido essa definição, a atenção que a prefeitura vai dar a instalação de rede esgoto sanitário? Secretário **ARTUR MACHADO** – Ressaltou que ainda não, por isso colocou, porque ainda não é uma obrigação Municipal, pois não podem se adiantar, mas assim que se concretizar vão tomar as devidas necessárias. Vereador **RUBEN BENTO** – o Vereador disse ter mais uma outra questão com relação as URPES, que instituiu para que fosse inserido, não só os precatórios, porque quando se fala em precatórios , pois a prefeitura teria muita liberdade de receber outros precatórios e resolver alguns precatórios, mas o específico da URPES, não é possível se inseri no orçamento ou na Lei de Diretrizes, o que seria a URPES que seria pago. Acha que a prefeitura poderia fazer uma proposta de pagamento em três ou quatro anos, esses valores que aí estão e acredita que isso não iria onerar tanto o orçamento municipal e que já tinha discutido com alguns membros do sindicato elementos interessados nesse assunto, e fez ver a eles que era difícil a prefeita no primeiro ou no segundo orçamento pagar aquele valor que é valor substancial, porque a prefeitura não tem tanto recurso assim, então diria à eles que fizessem um parcelamento que a prefeitura propusesse três ou quatro anos para pagar e que ao término do mandato da atual prefeita está paga aquela URPE, pois é uma sugestão que o Vereador deixa ao Senhor Secretário, para que leve até a prefeita essa idéia, de que propunha a eles o pagamento, porque isso já é uma coisa desgastante. Ressaltou que o Vereador Otoniel Ferreira de Souza colocou muito bem de uma coisa de mais de dez anos, inclusive ao Vereador Otoniel, para que nós pudéssemos está atentos para esse assunto, para que ele fosse solucionado nessa administração e durante o nosso mandato aqui nesta Casa Legislativa, e que vamos então continuar cobrando isso. O Vereador pediu ainda que o Senhor Secretário lhe informasse a respeito do parágrafo 2°, do artigo 18°, da LDO, que diz assim: É vedado ainda quando trata de créditos adicionais e adota a Títulos Supressões sociais. No parágrafo 2°, a que se reporta essas, supressões sociais que é vedada a sua inclusão na dotação global. Secretário Artur machado, ressaltou que se o Vereador Ruben Bento verificar o parágrafo primeiro, que diz: Deu para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar documentação. O Senhor Secretário falou que não pode colocar no orçamento uma dotação global para subvenções sociais, sem definir quem vai ter direito a essa subvenções, porque ele tem que comprovar a sua habilitação, não pode ser jogado assim no ar, dez milhões, diz que dá para quem ele quer. Vereador **RUBEN BENTO** – Disse que o Vereador que não detém pleno conhecimento da nomenclatura que

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

está aqui inserida, pois, ficamos em dúvida a que se refere realmente esses parágrafos. Finalizou dizendo que o secretário Artur Machado acabara de esclarecer a sua dúvida, e deixou uma questão ao nobre Secretário, é que anualmente tanto a prefeitura como o governo do Estado fazem doações a Organizações não legais, não registrada, tipo escola de Samba, clubes de futebol não devidamente registrados e que utiliza recursos públicos para facilitar a apresentação dessas organizações em eventos, tipo carnaval, eventos esportivos, pois era convenientes que essas entidades fossem devidamente registradas e legalizadas. Disse que particularmente quando vê que a prefeitura dispensa dinheiro público para a realização do carnaval, realmente se entristecesse bastante e faz parte dessas verbas, porque está inserida na LDO, e parece-me que a prefeitura já tem a tendência e a intenção de facilitar a vida dessas organizações, dando alguns recursos nas épocas em que ocorrem as festilidades, disse que é uma preocupação pessoal e particular, e acha que a prefeitura tem o direito de fazer isso, uma vez que está inserida na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas particularmente vê isso como desperdício de dinheiro público e acha que as festas populares tem que ser realizadas pela população, pois a festa é popular, então quem deve organizar a festa popular é a própria população e não as entidades públicas. Agradeceu a presença do nobre secretário e que foi um prazer ter tido esse diálogo e quando dar encaminhamento do orçamento definitivo, gostaria que o Secretário retornasse nesta Casa, porque nós teríamos números efetivos para dialogar a respeito deles e poder ter melhor noção da aplicação efetivamente. Secretário **ARTUR MACHADO** – Disse que da mesma forma repetiu que está a inteira disposição dos nobres edis para comparecer novamente na Casa e colaborar. Ressaltou ainda que ele não ensina ninguém, mas que colabora. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Gostaria de pedir uma informação ao nobre Secretário, onde está contido, porque nós sabemos que os servidores hoje, a grande parte deles vão ser pagos através de cooperativas, e onde está no bojo aqui do plano, as disponibilidades que será repassado para o pagamento desse pessoal, pois gostaria que o secretário lhe ajudasse, porque não encontrou e se está onde está porque teve a oportunidade de encontrar e deve está incluído aqui na Lei. Secretário **ARTUR MACHADO** – Ressaltou que o Plano Plurianual, institui Diretrizes, objetivos, e metas para despesas de capital, ou seja, investimentos, e as despesas de correntes de investimentos, vamos dizer, a construção de um Pronto Socorro e a manutenção, a pintura, a limpeza, são despesas de correntes do investimentos. No orçamento na lei de orçamento que virá no segundo semestre, é que vai constar os gastos com pessoal, aí a Senhor vai ter a oportunidade de ver na lei do orçamento os valores que serão destinados à pagamentos de pessoal, de forma geral, portanto o serviço dos estatutários, dos contratados e os encargos sociais, são rubricas específicas de despesas de pessoal. Continuando **ODETE DOMINGUES** – a Vereador fez outra pergunta ao nobre Secretário que viu incluso dentro do plano, que também na parte de Saúde, a coleta seleta especializada do lixo, na verdade agora isso foi terceirizado. Perguntou também ao ilustre Secretário Artur Machado, se isso ainda deve constar, se foi terceirizado, porque então está no bojo do projeto ainda despesa com essa coleta, seleta do lixo hospitalar. Secretário **ARTUR MACHADO** – Afirmou que está incluído ainda, porque algumas despesas de investimentos municipais, ainda precisam ser feitos, o serviço é terceirizado, mas o investimento é nosso, pois o investimento é na parte de obras e de conservação. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Disse que parece ser na coleta seletiva do lixo. Na área de saúde,

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

no inciso "O', implantação da coleta seletiva e do transporte do lixo hospitalar em Boa Vista, depois, tem aquisição de equipamentos necessário a incineração de lixo hospitalar em Boa Vista. Incineração sim, agora quer saber sobre a implantação da coleta seletiva e transporte, acha que aí não cabe, porque inclusive acompanhou os carros de transportes e que farão parte dessa empresa que vai coletar o lixo. Secretário **ARTUR MACHADO** – Implantação da coleta seletiva e do transporte do lixo hospitalar em Boa Vista, veja bem, implantação tem um programa coleta seletiva e transporte do lixo hospitalar é o programa como um todo, aqui não estamos dizendo que vamos adquirir transporte para ser utilizado na coleta de resíduo hospitalar, se a Senhora verificar mais em cima, na letra J e L, que tem aquisição de transporte, que são ambulância e unidades móveis de saúdes. Disse que se fosse para coleta de lixo deveria ter um item específico, aquisição de transporte, pois aqui é o programa que trata de coleta e do transporte do lixo hospitalar, implantação desse programa, não se trata aqui da aquisição de um equipamento destinado ao transporte de resíduos hospitalares. Vereadores **ODETE DOMINGUES** – Perguntou se caso seria o material necessário para fazer só a coleta seletiva? Secretário **ARTUR MACHADO** – Seria a implantação, a implantação desse sistema, agora isso, de uma forma geral, se houver necessidade, pois isso quem vai decidir é o orçamento, se vai ser necessário ou não. Ressaltou que se nós temos conhecimento de que esse serviço vem sendo desenvolvimento à contento sem a necessidade de qualquer outra ação da prefeitura, não há o porque se colocar recurso no orçamento para isso, mas se houver alguma necessidade, nós já estamos aqui cobertos para colocar o recurso no orçamento, pois aqui ainda não é destinação de recursos e sim, serviços especializados. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – A vereadora questionaria também e deixaria no ar, porque no item 11, STU, edificação de um Centro especializado em doenças renais, ora, isso aí é serviço terceirizado, pois, nós sabemos muito bem que a prefeitura, na área de saúde, ele atende primeiro o sistema primário de competência nossa, embora muito agora está se assumindo com a unificação, com o SUS, e está repassando a municipalização da saúde num todo, só que esse serviço, é um serviço extremamente caro, é um serviço de diálise renal, é um serviço de que, no seu entendimento ainda é um serviço que a prefeitura não deveria arcar com esse ônus, pois é bastante caro essa unidade renal e que via falar de diálise renal, então ele não vê porque a prefeitura e além de tantos ônus que já está assumindo, com a municipalização de está pegando todo os centros primários de saúde, e que tem ainda um centro hospitalar e que poderá pegar outros centros hospitalares, criarem isso, eu questionaria de que forma, nós poderíamos excluir isso, porque eu verdadeiramente, entendo que no momento não é viável um centro específico, embora, seja o ideal, mas que recursos disponível ou não vejo na saúde, porque faço parte do Conselho Municipal de Saúde, e como membro dessa Casa, eu não vejo recurso, como implantar esse centro. SECRETÁRIO **ARTUR MACHADO** - Disse que a preocupação da veredora Odete Domingues quanto a existência de recursos para implantar esse centro é cabível desde que fosse a intenção utilizar recursos municipais, porque não é a intenção, é através de convênio com o Ministério da Saúde, com destinação específica para a construção de um centro especializado em doenças renais. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Disse que a construção do centro implica em equipamento, depois também de profissionais especializados nessa área, o que vai num todo onerar muito, então tem que se ver até onde, de uma forma racional e lógica prática e se

poderá fazer isso, porque não adianta só construir, e não ter um atendimento eficaz, e preocupa isso, porque nós queremos priorizar o que nos já temos hoje, por exemplo, criar um centro de ampologia, que é específico a saúde da mulher, acha que este é viável e deve-se fazer, por que é uma das grandes responsabilidades do nosso Município fazermos isso. Agora já pensa num trabalho de competição com o Estado, porque no fundo nós vamos arcar com tudo isso. Falou que isso lhe preocupa verdadeiramente, e gostaria de que essa sua preocupação fosse levada até o Conselho para que não se assumisse tanta, e se pudesse fazer o nosso atendimento primário com eficiência e ainda vai uma sugestão que irá colocar, um centro de abastecimento de medicamento de referência de doenças específicas, como os cardiopatas, os renais, os hipertensos, os DST e os aidéticos, o que precisa ter no município é ter um centro de referência. Nós temos vários centros, todos eles com medicamento, mas as vezes um cardiopata tem que procurar em dez centros da cidade o medicamento, que não tem aqui tem lá, então também seria a nossa idéia e levaria isso a nossa preocupação de ter um centro de abastecimento de medicamento específico a essas doenças crônicas, em que aquele doente que sabe que fora atendido em qualquer bairro da cidade, ele vai encontrar naquele centro de referência, disse que o vereador Ruben Bento tem experiência disse, porque aqui mesmo nessa Casa, ele já reclamou que não tinha o remédio antipertensivo, e que ela como médica mostrou para ele que o centro que ela estava atinha, pois trouxe ao vereador Ruben Bento o medicamento. Então a experiência lhe fez ver que não tem centro, ele vai ter que rodar nos outros centro de saúde da cidade para encontrar medicamento, se a prefeitura manter para esse tipo de doente específico crônicos, um atendimento pois ele já sabe que ganhou a receita do médico, ele vai lá naquele centro e o aidético vai ser atendido, e que vai ter o remédio, se faltar o aidético, o cardiopata e o de doença renal vão ter. disse que sugeria fazer essa alteração ,porque acha esse centro mais importante e necessário a população. Secretário **ARTUR MACHADO** – Falou que a solução da vereadora é ideal, mas que de imediato é impossível. Qual a medida que estamos tomando para evitar que o paciente fique procurando, nós já estamos informatizados todos os postos e ligando em rede, então o paciente vai ter que talvez fazer uma caminhada mas não duas ou mais que isso, porque e se dirigindo a um centro a se esse centro não tiver, pelo computador vai saber qual o que tem, pode até solicitar e entregar para ele lá no centro. Esse que é uma coisa mais imediato , nós já estamos providenciando, não resolve , mas já ajuda muito, a solução me parece e que a idéia da vereadora é muito válida e muito importante, e que pode ser apresentada através de uma emenda, pois muito válido e concorda plenamente. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Disse que, porque esses centros e continuando a debater esse assunto, porque já vem de longa experiência no Município, á a mesma informática, ela não atende a necessidade, pois é a mesma coisa que o programa implantado de marcar consulta via telefone, e isso nós vimos que não deu resultado, e que em alguns postos pode dá, e que em outras especialidades não consegue vão marcando, mas o paciente está doente e marca para dois ou três dias. Então a informática é muito boa quando nós temos uma rede até de informática e telefônica que atenda a necessidade, porque hoje nós sabemos que nem a rede informática, é muito menos a telefônica atinge, porque as dificuldades até pelos centros de saúde atender os telefones é uma das mais importantes e mais difíceis, porque eu estou lá no Caranã e posso lhe dizer, só via celular para se falar. São essas as dificuldades que a população enfrenta para fazer contato

com o centro de saúde no Município. Secretário **ARTUR MACHADO** – Ressaltou que o programa de informatização da saúde, não prevê a utilização de telefone e sim de rádio, nos estamos adquirindo equipamentos ultra-modernos e que não vamos necessitar das operadoras telefônicas, pois será através de rádio com antenas colocadas em pontos estratégicos, por isso pode informar que estamos caminhando por uma era, um pouquinho mais avançada de informática. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Parabenizou e ficou feliz em saber desa novidade de rádio informática, e até gostaria que o Nobre Secretário explicasse melhor, para nós pudéssemos tomar conhecimento, porque até desconhece de co mo é que funciona, para nós possamo até ser subsidiada para as propostas que nós temos que fazer na área de saúde. Secretário **ARTUR MACHADO** – Nos já estamos no Processo de licitação e assim que nós tivermos esse processo concluído, eu me comprometo de informar a Vossa Excelência e gostaria até de fazer uma demonstração. Vereador **ODETE DOMINGUES** – Disse que queria só uma informação, saber se além do equipamento de rádio em contato com o centro, de que forma a população terá o acesso a essa informação?. Secretário **ARTUR MACHADO** – Falou que numa segunda fase, inclusive o acesso vai se feito em base, que serão instaladas em locais de maior concentração de pessoas, até como caixa automático de bando, vai funcionar, pois vai poder ir lá e acessar e terá sempre uma pessoa ao lado para ajudar, e que essa é a nossa intenção e estamos caminhando para isso. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Agradeceu e espera que em curto espaço de tempo, até porque nos preocupa verdadeiramente com esse trabalho e com assistência a população carente e da realidade, o processo é hoje, é real e existe, mas ele tem que ser resolvido mais rapidamente possível. Vereador **CHICO DOIDO** – perguntou ao Nobre Secretário sobre a criação da Vila Olímpica, se a promessa que a prefeita fez durante a campanha, estava incluída no Projeto. Secretário **ARTUR MACHADO** – afirmou que a vila olímpica está prevista, pois é aquilo que ele conversou a pouco ao Nobre Vereador Ruben Bento. Ressaltou que os valores alocados no orçamento são mínimos, porque o valor maior vem através de recursos federais, de convênio a participação da prefeitura financeira é pequena, agora, e que está inserido dentro do PPA e dentro das diretrizes está, porque o PPA foi calçado no programa de trabalho da prefeita Teresa Jucá. Vereador **CHICO DOIDO** – outra pergunta que o vereador gostaria de fazer ao Nobre Secretário é sobre a subprefeitura. Criada na periferia se está incluído nas diretrizes ou no plano plureanual, pois a sua preocupação, é sempre relembrar e fiscalizar. Secretário **ARTUR MACHADO** – Ressaltou que isso vem através, inclusive de recursos federais também, pois a intenção é nos começarmos com uma, e também sentir o resultado, em sendo ele, considerado bom, nós podemos ampliar em atender outros setores da cidade, porque isso também está previsto. Vereador **CHICO DOIDO** – Disse que na parte da zoonose, não vê nenhuma preocupação com as matanças dos cachorros ou se ela não tem recurso para poder, no caso, castrar os animais, porque eles são cinerados, pois gostaria de saber se poderia ser enquadrado na Lei de Diretrizes. Secretário **ARTUR MACHADO** – Afirmou que infelizmente não pode dar qualquer informação ao vereador , por desconhecimento técnico, pois não sabe se a solução é castrar, matar ou pintar o cachorro, porque foge ao seu conhecimento, pois não é médico, mas é uma preocupação que pode ser levada, porque o plano, ele possa até lhe dar uma orientação melhor, porque realmente ele não tem conhecimento técnico na área. Vereador **OTONIEL FERREIRA** – Disse que

gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário Municipal de Finanças, pois existe uma Lei Municipal, extinguindo a lixeira pública da sua localização, as margens de um Igarapé, poluindo o Igarapé, e aí, nós apresentamos um projeto de Lei que ficou extinta a lixeira pública. Ressaltou que foi oferecido ao Município, centro e oitenta dias, para que fosse alocado uma área, desapropriado uma área para o aterro sanitário, ou seja, a nova Lixeira Pública. Falou que ~e sabido de que Boa Vista, tem números igarapés e seus mananciais, e a Lê, inclusive que da esse diciplinamento, baseado na Lei nº 18/91, que é o Plano Diretor, proíbe terminantemente a construção de lixeira pública ou lagoa de estabilização nas cercarias desses mananciais de igarapés. Perguntou ao Nobre Secretário, se na Secretária Municipal de Finanças, tem algum processo para pagamento de áreas, expropriadas pelo Município, com essa finalidade de localização do aterro sanitário da nova lixeira pública da cidade de Boa Vista, e se Vossa Excelência pode nos fornecer esse dado? E essa pergunta pode ser também direcionada a sua Excelência, o Dr. Artur Machado Filho, se dentro do Plano Plure anual, no anexo I, fala aqui: construção de Aterro Sanitário e tem para exercício de dois mil e dois, só que coma desativação da lixeira pública que ocorreu em mil novecentos e noventa e nove, através de Lei, e onde ela ainda permanece sendo usada, e especificamente, tem algum local destinado para essa finalidade. Perguntou ao Dr. Nantes, sobre a questão, e se no processo já existe o pagamento? Perguntou também ao Dr. Artur se ele conhece algum ato que venha a contemplar essa questão, porque acho uma das mais graves, pois hoje o lixo está sendo jogado nas margens do Igarapé grande aqui dentro da cidade de Boa Vista. Secretário de Finanças **ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA** – em primeiro lugar, cumprimentou a todos e esclareceu também aquilo que já foi dito pelo Presidente, quando nos convidou, pois disse a ele que área do Secretário Artur Machado, mas que teria a imensa satisfação em estar aqui. Ressaltou que, com relação a indagação do Vereador Otoniel, o que pode responder, é que até esse instante , não lhe chegou ao conhecimento, nada a respeito disse, com tudo, isso não significa que não exista algum processo tramitando, principalmente na Secretária, que cuida do Meio Ambiente, é muito provável que exista, mas nenhum dos Secretários, até agora colocou essa questão para a Secretaria de Finanças, pois não é do seu conhecimento. Secretário **ARTUR MACHADO** - salientou que na administração anterior, foi feito um Projeto de Aterro Sanitário, e que houve, inclusive , discussão de local e foi acertado um local, e o que está faltando, por isso é que o Secretário Nantes não tem conhecimento, é a vinda do recurso federal, só agora no finalzinho do mês passado, é que houve o empenho no Ministério, e vai ser repassado o recurso, disse que não pode precisar exatamente, aonde esta sendo instalado, mas a Secretária de Agricultura e Meio Ambiente e Assuntos Indígenas, dirigida pelo Thomé, e o conselho Municipal do Meio Ambiente estão acompanhando junto com a Promotoria, a construção desse aterro sanitário que será com recursos federais a sua grande parte, a parte nossa é mínima, e a contrapartida. Vereador **OTONIEL FERREIRA** – Falou que as vezes falta bom censo, honestamente e responsabilidade do administrador público, quando ele agride violentamente as leis ele prometeu cumprir. Disse que podia citar a questão do Plano Diretor, pois o Plano Diretor da cidade de Boa Vista, foi violentamente agredido, e que ninguém respeitou a lagoa de estabilização foi feita exatamente as margens de um igarapé, ali no Pintolândia no Raiar do Sol. Sisse que a lixeira pública esta as margens do Igarapé Grande, ou seja, a comunidade

ribeirinha com certeza, passam mal, como passa mal todo cidadão roraimense, boavistense principalmente. Porque as galerias de águas fluviais, abertas aqui nos bairros Primavera, Psicultura, hoje elas servem simplesmente de esgoto sanitário, as pessoas usam as suas forças, fazem a canalizaçãoe jogam os objetos dentro da galeria de águas fluviais, que vai no Igarapé Caranã, que desemboca no Cauamé, e que desemboca a menos de mil metros da rede de capitação de águas da CAER, ou seja, se ~e tido aqui, eu tenho discutido isso, o número de coliformes fecais hoje, por milímetro d´água já está atingindo índices suportáveis, ou seja, tinhamos aqui a melhor água do Brasil,e hoje nós estamos ameaçados de tomar água contaminada com todo cloro que a CAER gasta. E tudo isso ai, falta de cumprimento da legislação Municipal. Disse que lhe preocupa sobre maneira, é que amanhã a Prefeitura Municipal de Boa Vista, para cumprir essa determinação, ela venha a desapropriar uma área de terras, exatamente aqui nas cercanias do Igarapé Água Boa, Carrapato, Curupira e que vá exatamente acontecer a mesma coisa, ou seja, os resíduos da lixeira pública, inclusive com lixo hospitalar e outros, possam ser jogados no Rio Branco, e nós vamos continuar tomando a água contaminada, pois é essa a sua preocupação, e está perguntando isso, porque a Lei existe, a desativação da lixeira pública ocorreu em 1999. ressaltou que a prefeitura teve cento e oitenta dias de prazo, de acordo com a Lei, prorrogado por mais cento e oitenta, e não foi cumprida até hoje, e infelizmente é isso que nós temos visto, ou seja, a falta de cumprimento, a legislação Municipal e a Legislação Federal, quanto trata-se da questão ambiental. Secretário **ARTUR MACHADO** – acha que não deixou bem claro, mas esta sendo construído o aterro sanitário, só não pode precisar onde, mas que ele foi oriundo de um rima, um relatório de impacto do Meio Ambiente, sabe o qual, pois não ha liberação de recursos de forma alguma, então o conselho municipal do Meio ambiente, acompanha todos esses trabalhos, pois é um Conselho efetivo que vem trabalhando diuturnamente , faz parte dele, inclusive, Membro de Promotoria Pública de ONG e da Prefeitura, pois podem ter certeza de que onde o aterro sanitário está sendo construído tem um relatório de impacto do Meio Ambiente, o rima e de que está sendo feito de acordo com a legislação. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Disse que esta analisando ainda, e observou no Inciso 3°, na área de urbanismo e Meio Ambiente, no Item 5, construção ciclovias em Boa Vista e no 4°, que fala na área de habitação e que fala novamente na construção ciclovias nas vias públicas de Boa Vista, principalmente as de grande movimentação, então perguntou que há dois planos incluídos na área de urbanismo e meio ambiente, quanto na área de habilitação. Secretário **ARTUR MACHADO** – Salientou que houve uma repetição em duas áreas diferentes. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Gostaria de saber se é um plano de programas, e que vê dentro das propostas, inclusive assistindo as reuniões do resultado das pesquisas dos braços abertos, e que não viu nenhuma proposta incluída em de metio de construção de banheiros, haja vista que é uma parte de saneamento básico, mas especificamente para banheiros, pois acredita que deveria ser previsto mesmo com recursos federais que poderão vir a propósito de construir, porque tem sido uma reivindicação muito grande da comunidade da periferia, e uma das principais necessidades. Sabemos que hoje, as densidades são feitas a céu aberto, e que a contaminação começa por ai. Disse que leu e não viu nenhum desses planos incluídos no Projeto. Secretário **ARTUR MACHADO** – Ressaltou na próxima segunda-feira estará sendo recebida e aberta as propostas para a construção de banheiros, isso

com recursos da Fundação Nacional de Saúde, um programa de melhorias sanitárias domiciliares, é a construção me parece seiscentos e quarenta banheiros, a abertura dessa licitação é agora segunda-feira. Então vai atender a reivindicação dos braços abertos e é um programa normal, junto ao Ministério da Saúde , através da Fundação é colocar recursos para a melhoria sanitária domiciliar, pois não se preocupem, porque isso aí é normal. Vereador **ODETE DOMINGUES** – Disse que mesmo esses seiscentos não atende nem 30%. Secretário **ARTUR MACHADO** – Salientou que a questão toda é recursos, não é fácil nós conseguirmos recursos para cinco mil banheiros, pois talvez seja a necessidade, mas já estamos iniciando e vamos chegar na meta final. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – gostaria de defender a nossa Casa, e que na página sete, na letra j, onde diz que na recuperação de material permanente para o Legislativo Municipal, pois gostaria que olhassem com muito carinho, numa coisa muito importante, porque a Câmara não tem transporte, me parece que foi dito aqui alguma previsão de algum transporte, defendendo aqui a nossa Casa, porque nós usamos os nossos transportes, pois as nossas Comissões de fazer pesquisas, por exemplo de opinião nós temos que usar as nossas viaturas e o nosso pessoal, e estamos aqui verdadeiramente usar benegados da prefeitura, que são os vereadores que esta vivendo a quase a pão e água, porque os computadores são nossos, e nos temos que prevê verdadeiramente da implantação para que o político que o vereador do povo, possa atender o nosso povo da melhor maneira possível, e deixaria uma sugestão ao presidente da Casa, que nesse setor porque nós, que estamos detalhando e estudando diariamente a LDO, e que também seja incluido um transporte para essa casa, por que na verdade nós não temos condições de trabalhar porque as vezes até os nossos são insuficientes para o nosso trabalho. Vereador **RUBEM RUBEN** – Pediu permissão ao presidente da casa, para tratar com os nobres secretários um assunto fora da PPA e da LDO. É com relação ao Decreto nº 091/E, de 26 de abril de 2001, sobre o qual iria se pronunciar neste casa, mas que considerando a presença de vossas excelências, ocorreu-lhe a idéia de consultar-lhe á respeito deste decreto, e que este decreto disciplina a cobrança de preços públicos na a forma do artigo, que dá a base legal para a edição desse decreto. Perguntou ao secretário de finanças sobre os critérios e a base de sustentação para os preços aqui praticados, pois entendemos que há alguns preços aqui, e que o nosso entendimento são preços altos demais para as atividades especificados e exemplificaria na tabela 1, item 08, ele diz: quiosque na Avenida Floriano Peixoto, é trezentos reais, ou mensalidade de um quiosque. Disse que conhece um quiosque, e acha que aquele cidadão que dirige um quiosque ele não tem rendimento para pagar um aluguel dessa expressão, porque ali do aluguel, tem outras despesas pessoais, com outras taxas, SCMS, ou alguma coisa que ele tenha que pagar, talvez algum imposto simples, mas tem outras taxas, pois achou um tanto exagerado e acha que é um direito da Prefeitura, pois não está questionando, porque a prefeitura tem que cobrar mesmo e acha que tem que estabelecer as suas taxas e ter suas rendas, mas entende que há apenas de ter uma taxa um tanto mais social e mais assimilável por parte daqueles que utilizam os bens públicos nos logradouros públicos, e que se ateve a esse quiosque e também no item número 9 pois achou também o preço muito alto. Disse que quando trata para a utilização de áreas no cemitério público, acha que as taxas também estão elevadas e que até os mortos estão pagando muito caro, para ficarem lá, e que a prefeitura poderia rever esses cálculos. Pediu ao secretário que levasse esse pedido para que

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

examinasse esse decreto e verificasse esses preços, e ressaltou ainda que o sepultamento noturno é de cento e sessenta reais, o velório é de cento e vinte e cinco e acha que quem utiliza lá são as pessoas mais pobres, mais humildes e que possivelmente não poderiam pagar esses valores e ficariam devendo a prefeitura e daqui a pouco estaria na dívida ativa e a prefeitura quando cobrar uma coisa que taxou muito alto, e gostaria que fosse feito uma revisão nessas taxas e alguns preços desses aqui, os demais acham que não e acha que a prefeitura tem o direito e o dever de cobrar e que aqueles que os utilizam o bem público tem que pagar, mas que fosse um preço mais aqui sensível, pois essa foi a sua reinvidicação. Secretário de Finanças Antônio **CARLOS NANTES DE OLIVEIRA** – Em primeiro lugar, parabenizou o nobre Vereador Ruben Bento, e que demonstra com a sua preocupação está muito sintonizado com as aspirações do povo que Vossa Excelência representa nessa casa. Disse que esse decreto foi assinado, pois responde a primeira indagação com base no critério, apenas de fazer alguma coisa atualizada, mas sem divergir muito de última regulamentação que existir, no entanto reclações ou observações como essas que Vossa Excelência acaba de fazer já nos chegaram, não só na Secretaria de Finanças, como também a prefeita Teresa Jucá questão de uma semana ou pouco mais talvez , nos recomendou que fizéssemos uma revisão nesse decreto, porque ele já está sendo providenciada, e gostaria, inclusive de tão logo isso, tenha concluído e tomar a liberdade de entrar em contato com Vossa Excelência, que é o conhecedor do assunto, como demonstra aqui, para que nós pudéssemos conversar. Falou que ao fazer isso quer deixar ao Senhor Presidente e aos senhores vereadores essa disposição nossa na administração e que já recebeu na secretaria alguns dos vereadores aqui aqui presentes, mas que gostaria de recebê-los, não só a todos, mas também com frequência, porque a ressonância daquilo que vossas excelências ouvem junto a população interessam a nós, na normatização daqui que é necessário a Secretaria de Finanças fazer com base na fiscalização das posturas municipais e até dos próprios tributos, nós estamos providenciando e aí uma informação à Casa a reforma de três códigos, devem vir, e com certeza virão ainda este ano, no segundo semestre para a Câmara de vereadores que é o código de postura, código de obras e o código tributário e como o secretário Artur Machado, acabou de dizer, além dos dois que nós estamos discutindo hoje, teremos também da maior importância que é a Lei Orçamentária, portanto teremos de iniciativa do executivo quatro projetos da maior importância, sendo deles, um a Lei Orçamentária e mais três códigos que tem uma grande importância para o Município, e principalmente para que nós possamos melhorar aquilo que for enviado com o conhecimento e a experiência de parlamentares como vossas excelências. Vereador **ODETE DOMINGUES** – Disse que gostaria de fazer uma pergunta dentro do programa, na área de educação na letra H, página 4, Construção de Estações do saber, disse que não entendeu e não tem conhecimento e gostaria de saber do nobre secretário em que consiste isso? Secretário **ARTUR MACHADO** – Ressaltou que esse é una projeto, consta de programa de trabalho da prefeita Teresa Jucá, onde vamos procura levar a população mais pobre acesso a informática, terá uma sala com os equipamentos de informática, com instrutores que irão ministrar aulas à essas pessoas que não tem condições de ter na sua casa um equipamento desse, não tem condições de pagar uma escola de informática, porque as pessoas cobram caro, principalmente isso, a intenção é facilitar a população de baixa renda, com pragramação bem delineada e que ele possa ir aprimorando e poder enfrentar melhor

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

essa competividade do mercado de trabalho, pois esse é o grande objetivo. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Falou que perguntou isso, porque se preocupa também e que pensou até que fosse nesse sentido, porque haja vista, no grande índice de analfabetos, pois nós já estamos com o projeto pessoal implantando também aulas de alfabetização para adultos, e pensou até que estivesse incluído no bojo dessa estação do saber. Não sabe se até que ponto, ou a sua proposição poderia ser corrida por Vossa Excelência e encaminhada a Secretaria, porque basicamente a base da população que é a parte do saber do conhecimento da cultura, que é a alfabetização a parte de pessoas idosas que pode funcionar no horário noturno, enquanto vespertino funcionava numa técnica mais avançada para os jovens, pois, seria um caso de levar esse pleito, porque a sua proposição já foi encaminhada à Prefeita. Secretário **ARTUR MACHADO** – Falou que citou a informática como exemplo, apenas para mostrar o que seria uma Estação do Saber e evidentemente tudo que for possível nesse sentido de favorecer essa população carente, nós veremos um local, teremos um instrutor e teremos também um programa para ser cumprido. Vereador **SEVERINO DUARTE** – Perguntou ao Secretário Arutur Machado a respeito do Plano Plureanual, que diz: implantar de transporte Escolar, com aquisição de oito veículos, não seria mais prático e mais otimizar o recurso, se fosse utilizado a rede com sistema de passes de ônibus para esse alunado, ao invés de criar mais um sistema. Erssaltou ainda que na Casa, tinham acabado de serem derrotados numa votação , em que foi extinta a gratuidade de transportes coletivo, e agora no Plano Plureanual, o executivo nos propõe a criação de um sistema de transporte escolar, não seria até um incentivo ao mercado, utilizar a rede que já ai esta e o município com o custo do passe e deixaria a manutenção dos veículos por conta do gerador. Secretário **ARTUR MACHADO** – Disse que é uma sugestão que nós podemos estudar, só que o transporte escolar é um programa federal, através do Ministério da Educação e Cultura e ele visa realmente levar a criança na escola, porque as vezes, as linhas de ônibus normais passam um pouco distante, e as vezes não atinge a escola, por isso também a número é limitado, não é um número grande, de oito para quatro anos, seriam parceladamente dois equipamentos por ano, com o objetivo realmente de atingir pontos que muitas vezes o transporte coletivo não atinge, e em função disso, acha que caberia um estudo sendo válido a sua proposição e perfeitamente aceitável,e que nós podemos estudar perfeitamente, o que Vossa Excelência acabou de propor, haja visto que, no interior do nosso Estado, o governo do Estado tem uma frota de ônibus, fazendo o transporte escolar, e, é exatamente em função disso, pornao existir transporte que levem-na porta da escola, e nós estamos tentando hoje procurar evitar que o aluno caminhe, porque nós sabemos que a situação hoje, de galeras e de pessoas não muito sociais, venham a interferir na vida dessas crianças, mas que a proposição do Vereador Severino merece um estudo, sem sombra de dúvida. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Disse que vários profissionais da área da saúde, lhe procuram questionando nas áreas de riscos,e que se a insalebridade poderis ser um direito que eles poderiam perceber. Perguntou ao Nobre Secretário, se há uma perpesctiva de esses funcionários da área da saúde receber, se não existe ou se está em estudo, e como é que seria nesse caso uma pergunta muito pessoal, para que possa responder a esses servidores que lhe questionou. Secretário **ARTUR MACHADO** – Falou que infelizmente é uma outra área, e não tem conhecimento, nem condição de dar qualquer informação, pois isso é mais ligado a área de pessoa que ;e a área da

administração, e que não tem realmente conhecimento de existência ou não de algum trabalho nesse sentido, mas acha que caberia a uma indicação e verificar essa possibilidade, porque se for direito legal, não há o que se discutir. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Disse que é um direito constitucional, então vamos elaborar uma proposição ou uma indicação a prefeitura, e que seria na parte da administração, para ver se esse caso, desses servidores que trabalham nessas áreas de risco à saúde e que verdadeiramente é um direito constitucional para que eles recebam. **PRESIDENTE** – Ele dirige-se aos vereadores, lembrando que eles haviam programado esse encontro com os nobres secretários durante uma hora, afirma já estarem com um hora e vinte, e já estão fugindo ao objetivo que é o PPA e LDO. Será passado o microfone para que os secretários façam seus pronunciamentos finais ou acrescentarem alguma coisa. Secretário de planejamento Dr. **ARTHUR** – Ele diz esperar ter conseguido atingir o objetivo, espera que todos tenham tidos respostas claras e objetivas, pois foi esse o motivo de sua vinda ao plenário. Reforça a sua disposição em aqui comparecer ou recebê-los em sua secretaria para qualquer troca de idéias e informação, é uma obrigação, não é nenhum favor. Ele afirma estarem lá para isso, para trabalharem em conjunto, e procurarem melhorar cada vez mais o trabalho da nossa administração. Agradece o tratamento que ele recebeu por parte de todos os vereadores, afirmando ficar a inteira disposição. Deseja a todos um bom final de semana prolongado, e que tenham bastante paz, tranqüilidade na nossa grande cidade que é Boa Vista. Agradece. **SECRETÁRIO DE FINANÇAS** – Ele diz fazer suas as palavras do Dr. Arthur e acrescenta o seguinte, já no início da administração se não lhe falha a memória no dia da posse, a recomendação que lhe fez a prefeita Teresa Jucá, que aliás já foi reinterada outras vezes, é no sentido de dá prioridade ao atendimento de qualquer solicitação de qualquer dos membros desta Casa, ela fez questão de falar isso a ele, porque como todos sabem, ele não é da cidade, veio de fora e entre as diretrizes que recebeu da prefeita, uma delas era essa, a prioridade no atendimento da reivindicação de qualquer dos membros desta Casa. Ele afirma, portanto querer dizer que aqueles que já estiveram lá sabem disso, a porta do gabinete do secretário é permanentemente aberta, assim que chegam são atendidos e com a maior satisfação. Ele diz não ser necessário se fazerem presentes na secretaria para que eles dêem atenção aos pedidos e as reivindicações de vossas excelências, afirma que também os seus telefones estão a disposição, e ele terá o imenso prazer de poder ajudá-los naquilo que vossas excelências tem de dever para ajudar a população que representa essa casa. Agradece a oportunidade e diz que se sempre que necessário ali estarão, se convidado ou convocados. Agradece. **PRESIDENTE** – Senhores Secretários, ele afirma, em nome do poder legislativo municipal, querer agradecer a presença de vossas excelências e diz que eles sempre que quiserem tirar alguma dúvida, eles os solicitarão, e com toda a certeza com o potencial destes, os trabalhos que estes tem mostrados junto as suas secretarias, aqui vossas excelências virão para nos ajudar a desenvolver mais o trabalho desta casa e também na prefeitura municipal de Boa Vista. Esperando que já no 2 semestre outros projetos virão também com dúvidas, e ele fará o convite para que venham aqui explorar os projetos. Ele tem certeza que eles tem mais subsídios para analisar tanto o PPA quanto o LDO. Agradece ao secretário de planejamento Artur Machado e ao Secretário de Finanças o Nantes e afirma que esta Casa está sempre aberta para recebê-los a qualquer momento, na hora que forem solicitados atenderão, mandarão alguém representar. Agradece. Discussão e votação Final do

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

Projeto do Vereador George Melo, que autoriza, que altera o dispositivo da Lei 106. Este projeto já foi votado em primeiro e segundo turno, e hoje eles votaram em redação final. Votação. Foi votado pela maioria, apenas o Vereador Chico Doido votou contrário. **PRESIDENTE** – Passam para o projeto de lei 012 de 2001 de executivo que dispõe sobre: Institui gratificação de incentivo de permanência em função dos docentes e de outras providências, ou seja o FUNDEF. Vereador **MARCOS DA BYTE** – o presente projeto de lei n 012/2001, para emissão do parecer desta Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, a qual nos posicionamos de modo favorável, a sua aprovação, tendo em vista que essa proposição tem o objetivo de melhorar a remuneração dos professores, atendendo uma reivindicação desta Categoria, seguramente resultará em um melhor desemprenho e estímulo para os professores municipais lotados no ensino fundamental, enquanto permanece no exercício de sua atividade em sala de aula , é o parecer, Boa Vista-RR, 11 de junho de 2001, Dra. Odete Domingues, relatora. Parecer da Comissão. A comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, adota e recomenda o parecer da Senhora Relatora, Vereadora Odete Irene Domingues, dado proejto de Lei n012, de 17 de maio de 2001, de autoria do Poder Executivo Municipal, o qual institui gratificação de incentivo a permanência em função docente e dá outras providências, sala das comissões, Câmara Municipal de Boa Vista, 11 de junho de 2001, Dra. Odete Irene Domingues-Presidente, Maria de Lourdes Pinheiro-Secretária, Walteir Pinto-membro. Comissão de finanças e Orçamento. Projeto de Lei n012 de 17 de maio de 2001, Institui gratificação de Incentivo a permanência em função docente e dá outras providências. Parecer do relator. Nos termos regimentais, designado para emitir parecer desta comissão, sobre o presente projeto de lei n012, de 17 de maio de 2001, de autoria do Poder Executivo municipal, através de sua prefeita, que institui gratificação de incentivo a permanência em função docente e dá outras providências, nos manifestamos de modo favorável a sua aprovação, tendo em vista que não contraria a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal assim como o Regimento Interno desse poder, é o parecer, Boa Vista, 11 de junho de 2001. Braz Assis Behnck-relator. Parecer da Comissão. A Comissão de finanças e Orçamento, adota e recomenda o parecer do relator Braz Assis Behnck, dado projeto de lei n012 de 17 de maio de 2001 de autoria do Poder Executivo Municipal, através da Prefeita, sala das Comissões, Câmara Municipal de Boa Vista, 11 de junho de 2001. George Melo-Presidente. Artur Salomão Ribeiro Borges-membro, Braz Assis Behnck-relator. Em discussão o projeto nº 012. Vereador **IVO CANTANHEDE** – Cumprimentou a todos e deixou seu voto favorável ao Projeto de Lei, mas também deixou algumas colocações, onde hoje os professores do município, estão pedindo para sair da sala de aula, porque realmente o salário que é pago ao professor de Boa Vista, é uma miséria, pois muitos deles são formados recentemente, saídos de faculdade, mas que continuam ganhando aquele salário de duzentos e oitenta e até mesmo de duzentos e cinqüenta como já viu dentro da sala de aula. Disse que espera que com esse projeto, a prefeita consiga rever todos esses casos, e que não haja um apadrinhamento na hora de dividir ou de colocar o aumento do salário desses funcionários e que seja feito dentro daqueles que realmente estão na sala de aula e dentro da necessidade daqueles que estão trabalhando e se esforçando para educar nossas crianças e que tem passado dificuldades esses tempo todo, nesses salário que hoje estão ganhando. E pede para que a Prefeita consiga amenizar, porque tem certeza que não vai melhorar muita coisa, mas

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

que ameniza um pouco o sofrimento desses professores que estão hoje em sala de aula. Vereador **OTONIEL FERREIRA** – Falou que foi uma das grandes conquistas dos professores, pois o projeto de lei visa exatamente valorizar o professor e que o FUNDEF é um fundo de apoio ao professor e sabe-se perfeitamente bem, que ele objetiva com essas gratificações fazer com que o professor realmente permaneça na sala de aula, pois, é um incentivo ao mestre que são responsáveis pela educação dos nossos filhos, e que a prefeita realmente foi bastante feliz em atender uma reivindicação que ao longo da criação do FUNDEF, esses recursos não estavam sendo utilizados com essa finalidade, infelizmente é uma complementação ele estava servindo para pagar salários, um erro dos administradores. Disse que este FUNDEF sendo aplicado decentemente com certeza esses professores que reclamam e que querem sua demissão e sair da sala de aula, pelo contrário, serão valorizados, permanecerão e oferecerão as crianças do ensino Fundamental, por certo, é ensino, e isso daí, só quem vai beneficiar é a família roraimense pela aplicabilidade dos recursos destinados diretamente ao professor, ao educando, ao educador na sala de aula, isso daí, realmente é um avanço e que fica já registrado, pois é um passo a mais que a prefeita dá no apoio que estão na sala de aula. Parabenizou pela iniciativa e aos professores pela conquista que obtiveram, a partir de então a Câmara municipal, mais uma vez, tem a participação importante nessa questão, porque reivindicações que saíram daqui dos vereadores e fizeram com que a prefeita se aproximasse dos professores e ouvissem os sues reclamos e os seus anseios. Antecipou o seu voto favorável ao projeto. Vereador **RUBEN BENTO** – Salientou que embora não tenha recebido a cópia do Projeto de Lei em apreciação, se manifestou favorável, fazendo uma crítica e uma análise com relação ao tempo que esse benefício está sendo estendido aos professores da rede municipal, e disse que não quer trazer nenhuma culpa a administração anteriores, mas que parece, que houve um cochilo, não só por parte do administrador, como também dessa casa Legislativa, porque o FUNDEF, já existe há algum tempo, pois o governo do Estado já há bastante tempo e concede essa gratificação aos professores de rede pública estadual, os professores mais bem pagos, e acredita que do Brasil estão aqui em Roraima e o governo do Estado, é quem está pagando com recurso do FUNDEF, e esse recurso também deveria está em posse da prefeitura Municipal, e repetiu que houve um cochilo por parte desse legislativo que não realizou, onde o prefeito anterior estava aplicando o recurso do FUNDEF. Crê que em educação, mas não em pagamento ou melhoria do Salário dos funcionários públicos municipais e professores principalmente, que estão ganhando como disso o Vereador Ivo Cantanhede, uma miséria, pois é um salário bastante irrisório. Espera que com esse projeto de lei, a prefeita venha resgatar, embora que tardiamente, mas venha resgatar devidamente atualizar os valores que os professores devam ou mereçam receber pelo exercício efetivo da profissão, porque também não é pagar, para o professor fora da sala de aula, o professor tem que está na sala de aula, para ter direito a essa gratificação que irão aprovar agora, pois tudo que for para a melhoria do nível salarial dos funcionários eles estarão a favor, venha ou de onde vir o projeto, com certeza votarão a favor, pois entendem que os salários estão achatados, não há reposição salarial em nenhum momento, então é necessário que nós aprovemos e adotemos medidas para que haja melhoria salarial, é apenas uma classe dos professores, mas que já é uma classe que está sendo contemplada, e esperamos que no futuro, outras classes venham a receber uma melhoria salarial, por parte da

prefeitura, porque os funcionários municipais também não tem aumento salarial há bastante tempo, pois é necessário que se faça uma revisão também do salário dos funcionários públicos municipais, até para fazer a reposição, mesmo dessa inflação. Tão pequena que está havendo, mas que isso aí, haveria de dá um reajuste normal e melhorar com certeza o salário dos funcionários públicos municipais. **PRESIDENTE** – Fez algumas observações ao Departamento de Apoio Legislativo, onde tem como chefa, a Conceição Reis e que quase todas as Sessões, o Vereador Ruben Bento, cobra a cópia do Projeto que não chega ao gabinete dele, nós sabemos da competência dos nossos funcionários, pois o Vereador toda vez, ele diz que não recebe os Projetos, disse ao Vereador que infelizmente está protocolado e que o seu gabinete recebeu o documento, caso Vossa Excelência não tenha recebido poderá cobrar. Solicitou ao Departamento de Apoio Legislativo que tire cópia do protocolo e entregue ao Vereador Ruben Bento, para que ele não fique cobrando em plenário esse tipo de documento, porque todos os vereadores recebem e são protocolados. Disse também que Luana trabalha com o Vereador Ruben Bento, agora ele dizer que não recebe, pois acha que a responsabilidade é do seu poder, pois ;e do seu gabinete que não esta funcionando, porque todo projeto Vossa Excelência cobra, mas infelizmente está indo para o seu gabinete, e está sendo do Presidente da Casa, mas diria que dos quatro itens, ele só não recebeu esse projeto, pois os outros recebeu e não reclamou e o único que está reclamando é esse. Vereador **CHICO DOIDO** – Falou também que vê o nobre colega falando dessa norma falha, porque acontece com ele também, pois era melhor ter uma forma de um protocolo, até para resgatar o funcionário que leva esse Projeto ou qualquer documento, porque realmente é fácil falar, agora de nós formos ver as necessidades que as vezes não chega até a nós é verdade. Senhor **PRESIDENTE** – Afirmou que são os dois Vereadores que mais cobram, disse também aos nobres Vereadores que o protocolo estava lá, e que o gabinete do Vereador Chico Doido também recebeu o documento, agora se Vossas Excelências não vão ao gabinete e não vê o que tem lá dentro, a responsabilidade não é dele e sim das duas senhorias. Em seguida o Senhor Presidente voltou na discussão do Projeto. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Ressaltou que em relação a esse projeto de urgência, e que evidentemente foi lido no dia trinta de maio, e hoje está sendo em discussão e votação nessa Casa, é para exatamente da ciência de que nos estamos trabalhando, que as Comissões estão efetivas e que os prazos estão correndo dentro da formalidade, pois essa seria um enfoque que gostaria de dar, porque a importância desse Projeto, que é de dar um benefício maior aos nosso professores do Município, haja vista que os professores do Estado, há muito tempo já percebem, e vinha sendo um pleito de direito de uma reivindicação feita por esses professores. Acaba que o momento foi esse, um momento exato a prefeita tem mandado os projetos voltados ao interesse das classes e por isso não há como nós votarmos contrário aquela classe que vai ser privilegiada, no caso os professores. Disse que espera que os professores do Ensino Médio que até breve venha para esta Casa também para atender os professores. Disse que espera que os professores do Ensino Médio que até breve venha para esta Casa também para atender os professores do Ensino Básico, 1° e 2°, pré-escolar que também merecem essa gratificação mais hoje é só o Ensino Fundamental, e disse também que desde já, como relatora do Projeto já se manifestou na sua Comissão favorável. E parabenizou essa atitude da prefeita, e não vê porque essa Casa, mais uma vez, por unanimidade um privilégio melhor aos nossos

professores municipais que estão na sala de aula. Não havendo mais nenhum orador que quisesse se pronunciar, passou-se para a votação do Projeto nº 012/2001, de autoria do Poder Executivo que institui gratificação de incentivo a permanência em função docente e da outras providências. O Senhor Secretário fez a chamada nominal dos Vereadores para a votação: Vereador Alfonso, aprovou; Vereador Pastor Artur, aprovou; Vereador Brás, aprovou; Vereador Aldo Dantas Parabenizou os professores pela conquista que tiveram , tendo em vista que já passo vários vereadores na Câmara Municipal, uns dizendo ser militantes, representantes dos professores e como disse o Vereador Ruben Bento, esse FUNDEF já é um direito adquirido há anos pelo governo estadual e que todos os professores adquirem essa verba de completo do FUNDEF, fortificando assim o professor de Ensino Fundamental, pois venho através disso agora prestar o seu apoio a esses professores e com certeza aqueles que estiveram aqui e não atuaram em nada dos professores dizendo-se militantes, mas nós estamos aqui para trabalhar e vamos votar pela aprovação desse projeto. Vereador George, aprovou; Vereador Ivo Cantanhede, aprovou; Vereador Marcos, aprovou; Vereador Natanael, aprovou; Vereadora Odete, aprovou; Vereador Chico Doido – Disse que era contra, não dos professores, e sim pela atitude da Prefeita com esse salário baixo. Vereador Otoniel – Parabenizou aos professores pela conquista e voltou favoravelmente; Vereador Ruben Bento, aprovou; Vereador Severino, aprovou; Vereador Walteir, aprovou. Em seguida o Presidente deu por aprovado o Projeto de Lei n.º 012/2001, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre: institui gratificação de Incentivo a Permanência em Função Docente e da outras providências, o qual foi aprovado por treze votos favoráveis e um contra do Vereador Chico Doido. Após a votação do Projeto 012/2001, o Senhor Presidente leu em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 009, de 30 de abril de 2001, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre: revoga a Lei nº 298, de 24 de junho de 1993 e dá outras providências, ou seja, cores padrão da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Após a leitura dos pareceres, passou-se para a discussão do Projeto de nº 009, de 30 de abril de 2001, de autoria do Poder Executivo. Vereador **SEVERINO** – Acha que a Lei data é de noventa e três, pois a administração era exercida exatamente pela prefeita, e agora arcar, onerar os cofres do Município com essa, com certeza para revogar essa Lei haverá uma mudança global das cores de todos os prédios municipais, pois como acredita que a prefeita não deve ter mudado tanto assim, acha que ela gosta de beje, uma vez, que ela não vetou a Lei que aprovou essas cores na sua administração em noventa e três. Antecipou o seu voto contra o atual Projeto, para que mantenha as cores escolhidas e concordadas pela Prefeita Teresa Jucá no ano de 1993, pois apenas oito anos se passaram. Ela mudou tanto assim, o beje ficou tão feio, acha que em respeito a sua opinião no ano de 1993, quando era Prefeita na sua primeira administração, gostaria até de conclamar aos colegas que votemos contra esse Projeto para que mantenha as cores, e uma economia para o Município, para que não haja essa mudança tão abruquita para as cores do novo milênio, vamos permanecer com pouco da nossa história, noventa e três faz parte dela. Vereador **IVO CANTANHEDE** – Deixou seu voto contra o Projeto, foi um Projeto, como o Nobre Vereador Severino disse, homologado na época que a prefeita estava em seu exercício. Disse que tem visto, desde que entende por gente, que os prédios públicos vem passando por reformas, porque cada mudança de governo é uma cor diferente, disse também que tem prédio em Boa Vista já caiu com o peso da tinta e da massa corrida, porque vem um coloca

uma cor, vem outro coloca outra cor e assim vai. Acha que deve padronizar a cor do Município, sugeriu que a Prefeita Teresa Jucá, nos enviasse um Projeto, e nesse novo Projeto se foi possível ela enviar, que ela nos dê as cores que quer mudar e quais cores quer usar nos prédios públicos, para que a população para que a população possa escolher a cor padrão a ser usada nos prédios públicos do Município de Boa Vista. Senhor **PRESIDENTE** – Fez uma observação e disse que estava com o Projeto em mãos que estava na mão do Vereador Severino Duarte, pois esse Projeto, todo respeito ao posicionamento aos vereadores que antecederam. Disse que esse Projeto foi apresentado nesta Casa, e que a Prefeita votou este projeto, ele foi vetado e que o Nobre Vereador Severino não atirou para isso, foi aprovado o veto, a Câmara derrubou o veto da Prefeita e a Presidente da Casa, Senhora Maria de Lourdes Pinheiro sancionou a Lei, pois está aqui. Falou que isso é só uma explanação, mas com tido respeito ao Vereador Severino Duarte. Vereadora **ODETE DOMINGUES** – Disse que como relatora do Projeto, ficou bastante tempo com o mesmo, e que o seu entendimento baseado exatamente oito, porque na verdade todo ser humano, o menino de oito anos, oito anos depois, o menino com dezesseis anos não pensa do mesmo jeito, cresce, amadurece e tem outra visão. Ressaltou que o Progresso também, tanto na arquitetura quanto no desenvolvimento da cidade, de oito anos para cá, Boa Vista tem mudado seu perfil, e que tem se adaptado as grandes cidades, começamos aqui perto como em Manaus, os prédios públicos hoje antigos estão lindos, coloridos, Bahia, vê lá os prédios coloridos, vamos longe vamos mais adiante, Curitiba, hoje a modernização é essa, a cidade está linda, limpa e que vem mantendo através da seca arquitetura central, uma visão de uma cidade moderna, e porque não, a nossa mentalidade ser moderna também e darmos um ar alegre e não mórbido, com as cores bejes e suas batizes, vamos dar também uma visão moderna arquitetônica. Salientou que os prédios precisam ser sim, precisam de quatro em quatro anos, até para que se mantenha uma estrutura a ser pintados, citou exemplo das pessoas nas suas residências de dois em dois anos tem que pintar, porque se não deteriora a própria Casa, a própria estrutura. Então não vê, o seu parecer foi favorável, porque analisa com a visão futuristica moderna dessa cidade hoje, que com o brilho colorido se transforma numa cidade bonita. Disse que a vaidade pessoal de um administrador, mas que analisa como uma legisladora que vê uma cidade, como o Airton Senna, bonito, como os prédios hoje modernos que o próprio governo está fazendo e que a prefeitura também tem que acompanhar, e por isso é que vai votar favorável, e que a opinião da população vai ser contrária de ver sua cidade limpa, bonita e alegre, e não mórbida com suas batizes bejes e apagadas. Vereador **PASTOR ARTUR** – Se posicionou antes da votação, dizendo que tudo se moderniza nesse país. Disse que uma das coisas que viu ao assumir o trabalho na Câmara, foi o gabinete do Nobre Vereador Severino, pois a primeira coisa que ele fez, foi mudar a cor do seu gabinete. Disse também que viu o gabinete do Vereador Walteir e a primeira coisa que ele fez também foi mudar a cor, quer dizer, o Pastor Artur também está incluído nesse meio, então não vê nós vemos sofrendo essas cores mortas, que é uma cor beje, e que é uma cor morta para ele. Disse que nós temos que ver a modernidade do nosso Estado, a melhoria, a beleza das cores, e que o arco-íris, e que o arco-íris é algo na altura de Deus que nós vemos no céu com várias cores e porque não modernizar também as cores dos prédios municipais, e não vê motivo nenhum de tinta pesar para haver demolição de prédio. Vereador **GEORGE MELO** – Parabenizou o Vereador

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

Artur pela sua fala, porque acha que nada mais próprio, do que cada administração, tem o seu cuidado com as cores dessa cidade, acha que não faria sentido ter uma operação limpeza do tamanho que teve, e nós não demos uma cor especial a nossa cidade, aos nossos prédios, e que também serve para a manutenção, porque você sabe que quando você fez uma pintura na sua Casa, sua Casa fica outra e assim também é o nosso Município, o Município é a extensão da nossa Casa. Disse que gostaria que os seus colegas vereadores tivessem realmente, porque acha que essa discussão é saudável e pediu ao Vereador Ivo Cantanhede para que reveja a sua posição, porque na verdade as cores do município não é uma condição para que empreiteiros encham o bolso. Se nós somos veradores, nós estamos aqui é para fiscalizar o Município, não só a questão das cores, mas todo trabalho desse município tem sido feito com todo respeito ao patrimônio público, eu tenho certeza que o valor dessa pintura nada vai ser do que o valor que esta sendo implantado em toda cidade que o valor do comercio. Agora para gera emprego, uma pintura num prédio desse gera inúmeros empregos isso precisa ser dito nesta Casa, nós não temos visto obras da prefeitura. Eu tenho certeza que muitos filhos de pessoas que estão aqui, estudam na escola do Município. Esses pais de família queriam ver sue filho estudando num lugar com uma boa condição, e sem dúvida nenhuma com as cores que o Município está colocando, agora que são muito bonitas. Parabéns Vereador Artur. Vereador **OTONIEL** – Ele considera irrelevante com toda minha honestidade Projeto dessa Ordem , mas ele precisa dizer também e isso daí é publico notório que a prefeita municipal de Boa Vista naquela administração sofreu uma oposição rígida desta Casa Legislativa e por isso, inclusive, é que ela votou o Projeto de Lei por entender de que não havia esta obrigatoriedade essa que é a grande realidade vetou o Projeto, mas como a oposição detinha a sua maioria derrubou o veto e a presidente da Casa por força regimenteal teve que sancionar a Lei o que se pede hoje embota eu repita que não vejo nenhuma relevância, ela esta pedindo a revogação da Lei, e entendo de que após a revogação desta Lei, sair pintando os prédios públicos. O que ocorre os prédio serão contribuídos pelo Município terão que obedecer as cores estabelecidas neste Projeto de Lei, isso uma cor padrão para os prédios públicos da mesma maneira, que a CMBV e através da autora do Projeto o fez, teve alguém na época, inclusive, eu era Dep. Estadual e o rapaz me falou, olha tem um empresário aí que está com um armazém até o talo com a um pinta da cor tal, e não encontrou mercado, ele conheça a Câmara a propor uma lei que as cores dos prédios públicos fossem a cor tal. Isso daí realmente pode tecido uma brincadeira de mau gosto, entretanto isso foi notícia na cidade. De acordo até com o depoimento do Dr. Artur uma declaração expontânea e também muito objetiva da Vereadora Odete. As cores modernas poderão ser aplicadas acabando com essas cores feias que hoje se aplicam nos prédios públicos. Ressaltou que a Câmara tem inúmeras responsabilidade e inúmeros projetos muito mais significativos de que este. Disse que está falando, só para esclarecer a sociedade de que o posicionamento do seu colega Vereador Severino, porque ele faltou ser esclarecido como e porque se dependesse da própria prefeita a época, o projeto de lei não teria obtido guarida, até porque ela vetou. Falou que o direito da Câmara municipal é discutir amplamente todos os projetos que por aqui tramitam, votar favorável ou não, pois isso depende de cada Vereador, e que aqui é a Casa Legislativa, pois é aqui que se consolida o processo democrático, e assim a convivência dos políticos em posições, é muito natural. Falou que a princípio é relevante, entretanto, acha de que a medida da prefeita pode ser sim,

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

aprovada, sem nenhum problema. Vereador **CHICO DOIDO** – Disse que se surpreendeu pela primeira vez, pois, um grande pastor se manifestou de uma maneira bem democrática, mas acha que da forma que cada prefeito que entrar e mudar a cor dos prédios, pois acha que momento algum, ele não pensa no sacrifício dos pagadores de impostos, porque ele que a única coisa que gostaria que sua prefeita, porque não votou nela, mas que hoje também é fiscal dela e do povo, pois, que ela reveja o salário do funcionário público, que antes de roubar a consciência desse povo, tirou sem avisar, porque tinha gente que na época era auxiliar de enfermagem e que esperava seus trezentos e sessenta reais, e quando foram ver no pagamento o roubo de consciência. Disse que está falando isso, porque seria uma economia dessa tinta para poder da ao trabalho, como aumento de salário, pois não adianta, está mudando a cor dos prédios, porque isso não está resolvendo em nada. Salientou que contra o projeto e que é um desrespeito a legislatura passada e derrubar o veto da própria prefeita, e insistindo com tolerância a mudar a cor, para talvez promover mais um empresário para vender tinta, como a doação dessas terras feita ao Getúlio Cruz para a criação de obras particulares. Vereador **MARCOS DA BYTE** – Adiantou o seu voto favorável, porque chega dessa castilha de está sempre seguindo que as cores tem que ser um padrão, pois o Brasil de hoje é outro e nós estamos lutando para sair de um país de terceiro mundo, para passar a ser um país de primeiro mundo e que lá fora isso é bastante diferente, porque não existe esse padrão que vem acontecendo nesses país atrasados, como é o caso de quem tem esse pensamento, ressaltou que no seu ponto de vista e'a tinta que iria pintar um prédio que já existe um padrão, será gasto a mesma quantidade de lata para pintar o prédio de cores diferentes e tem observado que nessa gestão da prefeitura, a prefeita está investindo bastante em marketing, as cores bem fortes e bonitas, pelo que observou nesse arraial que estava acontecendo na Praça do Centro Cívico. Disse que é a favor de acabar com essa padronização, até mesmo, porque se você observar existe muitas casas de residências bonitas e prédios comerciais que porque são particulares e o dono pinta da cor que ele gosta. Então no caso dos prédios públicos ter aquele padrão que vem seguindo, pois , isso daí já deixou de existir, porque hoje os tempos são outras e nos temos que trabalhar com a realidade. Vereador **NATANAEL NASCIMENTO** – Falou que se questionar, se a prefeita vetou ou sancionaou, usou o tempo do Vereador Otoniel é irrelevante, porque realmente de ter vetado ou não alguns projetos que sua excelência, sancionou naquela época, ela mandou projetos para a Câmara acabando com as leis que existiam. Disse que pelo menos mas outras votações que aqui aconteceram ela mandou algumas alternativas para a Câmara e desta vez, o desrespeito foi total. Ressaltou uqe a Câmara fez uma lei, delimitou as características das cores do município e a prefeita apenas com dois artigos acabou com aquela lei que existia, porque se quer se mudar, nós não estamos questionando a evolução, evidentemente que o mundo vive da modernidade, do avanço, do desenvolvimento, mas se há uma lei em que delimita as cores para o município e a administração pública, nós devemos a nossa prestação de contas ao povo, então evidente que pra mudar essa lei, se houvesse respeito com o legislativo, deveria ter sido mandado a lei para mudar e indicando as cores modernas que o executivo municipal queria implementar no município, pois essa seria a forma correta, até para que nós discutíssimo e até por que o legislativo naquela oportunidade discutiu amplamente e como bem disse o Vereador Otoniel, foi de que a Câmara naquela oportunidade fazia uma oposição

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

serrada a senhora prefeita e ela evitou o projeto, mas tanto que essa lei, ela sobreviveu quase uma década. Disse que acha que ela tem que ser dermonizada, respeitando o legislativo, que essa casa fez uma lei, então deveria ter mandando uma lei para que fosse discutida em forma que o município quer mudar. Falou de uma sugestão do Vereador Ivo Cantanhede que foi muito interessante e assim fazer uma ampla discussão com a própria sociedade com as pessoas e quais são as cores que querem ver no seu prédio porque até agora as cores que existiam havia muita reclamação por parte do munícipe, como disse o Vereador George Melo, que se referia a questão de empregos da mesma forma que se pinta essas cores pode-se também pintar com as mesmas cores que tá se gerando também empregos tá gerando trabalho com os empresários que vão trabalhar e com as pessoas que vão executar esses serviços, portanto aqcha que é inoportuno a forma e a hora dessa mudança de lei e votou contra e pede aos outros para votarem contra, que haja uma ampla discussão a respeito da mudança das cores dos prédios do nosso município. Vereador **RUBEN BENTO** - Ele disse que dando o ar das palavras do Vereador Nascimento e dizendo mais, que com essa lei, revogou a lei anterior na sua totalidade e não trouxe nenhuma novidade para o município, para os prédios públicos ocmo estabelecia a lei anterior, disse que ficarão sem saber quais as cores que o município vai adotar nos prédios públicos, logadouros. Disse que vão ficar sem nenhuma cor. Disse que a sugestão do Vereador Ivo é muito oportuna. Disse que poderiam manter a lei anterior a lei que está em vigor não importa quem sancionou. Quem sancionou tinha poder para isso, então ela é uma lei em vigor disse que então eles partiriam para uma pesquisa de opinião para que a população se manifestasse e gostaria de dizer aos nobres vereadores que quando o ex-prefeito Barac Bento, pintou a cidade de verde e amarelo, que era as cores dos prédios municipais logo a seguir a prefeita assumiu. Ela tirou totalmente as cores do ex-prefeito, não para mudar, para modernizar a cor, não para modernizar a cidade mais para anular a presença do ex-prefeito do seus períodos de gestão a frente da prefeitura municipal o objetivo realmente era tirar totalmente a imagem das obras feita pelo ex-prefeito, deixou apenas o prédio principal da prefeitura, mas outras obras ela pintou com outras cores para exatamente descaracterizar a obra que foi feita pelo o ex-prefeito Barac Bento, disse que acha que esse projeto não tem sentido, porque não traz nenhuma novidade, para que pudéssemos ter aprovado, pois uma lei aprovada por casa, com todo critério, com toda discussão aqui merece todo o nosso respeito e deveria ser mantida essa lei, pois votará também contra a intenção da prefeita de anular outra lei. Vereador **ALFONSO RODRIGUES** – Se manifestou, pois vai votar contra ao projeto, até porque essa legislatura está abatendo recorde em revogar lei, se nós entrarmos nesse mérito, porque nós temos mais de quinhentas leis, e nós formos desfazer essas leis, nós vamos ter muito trabalho pela frente. Por isso eu acho que nós temos que respeitar as leis que forem aprovadas, principalmente no caso dessa lei que já tem quase dez anos, pois acha que a lei tem que continuar, e antecipou o seu voto contra. **PRESIDENTE** – Fez uma observação, onde a cor é bege e suas matrizes, pois temos como exemplo o garimpeiro, porque até o chapéu dele pintaram de amarelo, o hospital infantil pintado de azul, e as cores padrão estão no projeto, só que em administração passadas não foram cumpridas, porque não deixar liberado de acordo com o ambiente, o local que faz uma coisa que seja mais apresentável para nossa população, porque esse negócio de dizer a cor tal, não tem isso, deixa liberado de acordo, porque as vezes a sua casa um ano é

pintada de branco, deu como exemplo a Casa da Vereadora Odete Domingues, porque era branca, vinho no momento, depois de três, quatro anos ela pintou de salmão, cores modernas, é a evolução, nós estamos aqui discutindo cores, e deu exemplo do garimpeiro marrom e chapéu amarelo, isso é padrão, pois o projeto está aqui, o prefeito passado não cumpriu, mas infelizmente nós estamos discutindo e vamos para a votação. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores para a votação do projeto de Lei nº009, de 30 de abril de 2001, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre: revoga a Lei 298, de 24 de junho de mil novecentos e noventa e três e dá outras providências; Vereador Alfonso, contrario; Vereador Aldo, aprovado; Vereador Pastor Artur, aprovou; Vereador Braz, aprovou; Vereador Chico Doido, contra; Vereador George, aprovou; Vereador Ivo Cantanhede, absteve-se; Vereador Tio Brito, aprovou; Vereador Marcos, aprovou; Vereador Nascimento, contra; Vereadora Odete – Disse que não só referindo-se por ser uma entidade privada, mas que até semana passada, seu consultório entendia também que as cores bege e cinza, eram as cores sérias e agora como são modernas seu consultório lá de sua casa o próprio arquiteto colocou um lilás com róseo que todas as pessoas que passam elogiam, porque o prédio dá uma outra vida. Disse que dá exemplo disso, porque tinha que pintar, pois faria mais de quatro anos, então renova, porque nós também, quando vamos ficando mais usados, passa uma pinturinha no rosto, fica bem melhor; Vereador Otoniel – Deixou uma proposta após a revogação da lei, que o município proponha e faça uma pesquisa de opinião pública, afim de que seja definida efetivamente pela sociedade, as cores que a sociedade possa optar como mais própria para os prédios públicos. Disse que fizeram colocações importantes como o Vereador Rubinho, o próprio Presidente Flávio Chaves, sobre a questão das cores dos prédios públicos, pois é um fato realmente, porque os administradores tem sido eles e invisíveis em não cumprir a legislação que prometem, disse que vai votar favorável, porque entende que é irrelevante a questão e não vai trazer prejuízos para o município e sugeriu de que o município através da sua secretaria compete posa a partir de então quando for construir um prédio público e for escolher as cores padrões para o município, por isso vai votar favorável ao projeto; Vereador Ruben Bento, contra; Vereador Severino– Disse que na discussão se colocou contra, até porque entende que a propriedade pública, não deve ter a pessoalidade, foi citado que algumas cidades como Fortaleza, Salvador, Recife, tem não são os prédios públicos, mas prédios tombados, prédios históricos, regiões históricas, a própria prefeita fez na administração passada com projeto financiado pela fundação Banco do Brasil, a recuperação de sítios históricos aqui, como a Floriano Peixoto, como o Bar Finado Neir e deu ficou bonito, mas nós temos que parar com essa coisa de mudar as cores nós temos uma marca pessoal, a prefeita não é a dona da prefeitura do município, ela é a maior funcionária, empregada, cumprir o seu papel, pois ela não está lá porque ela pura e simplesmente quis, mas porque a maioria do eleitorado assim quis. Disse que concorda com o Vereador Otoniel Ferreira e que façamos uma pesquisa junto a essa população que votou, porque na verdade ela não está perguntando e não disse nem como mudar, só disse revoga, pois amanhã pode está tudo cinza, pode está tudo preto ou pode está como a festa junina, vermelho, amarelo, em arco-íris, como bem disse o Dr. Artur, é isso que nós queremos é isso que essa população precisa. Agora isso vai onerar o município sim, dizer que não vai acarretar prejuízos aos cofres públicos é brincadeira. Disse que vota contra em

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

respeito a opinião da maioria da coletividade que precisa otimizar esses recursos, ao invés de trocarmos cores, vamos fazer drenagens, vamos fazer mais escolas, vamos gerar mais renda para essa população e não vai ser trocado cores que nós vamos conseguir isso; Vereador Walteir, Aprovou. Em seguida o Senhor Presidente deu por aprovado em primeiro turno com nove votos a favor, uma abstenção e cinco votos contra, o projeto de lei nº009, de 30 de abril de 2001, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre: Revoga a Lei 298, de 24 de junho de 1993, e dá outras providências, ou seja, as cores padrões municipais. Em seguida o Senhor Presidente anunciou para próxima Sessão, em única discussão e votação final, o projeto de lei nº 013/2001, de autoria do Poder Executivo que dispões sobre: Institui gratificação de incentivo a permanência da Função docente e dá outras providências em única discussão e votação, Redação Final do Projeto de Lei nº011 de 03 de maio de 2001, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre: Autoriza a alienação pelo município de Boa Vista para o Instituto João Capristano de Abreu e Ensino e Cultura Ltda, bem movéis públicos dominial. Em única discussão e votação o projeto de Lei nº 05 de abril de 2001 de autoria do Poder Executivo que dispões sobre: Institui a cobrança para a permissão pelo uso de solo, subsolo, espaço aéreo e obras de artes das áreas públicas municipais. Em primeira discussão e votação o projeto de lei nº010 de 09 de abril de 2001, de autoria do Vereador Flávio Chaves, que dispõe sobre: altera a denominação da rua dos Jatobazeiro do Bairro Caçari para Soberano Francisco Murilo Pinto e dá outras providências. E em Segunda discussão e votação o projeto de Lei nº009 de 30 de abril de 2001, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre: Revoga a lei 298, de 24 de junho de 1993 e dá outras providências. Pelo adiantamento da hora, não teve EXPLICAÇÕES PESSOAIS, em Seguida o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Sessão. Plenário "**ESTÁCIO PEREIRA DE MELO**", Boa Vista-RR 13 de junho de 2001.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Flávio dos Santos Chaves
Presidente

Marco Francisco Pampaio da Silva.
1º Secretário